



ATA DE REUNIÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO/2025-2026 DO COLEGIADO DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E UNIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Aos 14 dias do mês de julho de 2025, às 14h20min, realizada na sala virtual “Sala pessoal de coordenação da COREMU”, na plataforma Webex (<https://ufu.webex.com/meet/coremu>), teve início a 4ª reunião colegiada da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde - COREMU da Universidade Federal de Uberlândia do ano em curso, em caráter extraordinário, sob a Presidência de sua Coordenadora, Profa. Dra. Maria Angélica Melo e Oliveira, estando presentes os membros citados no final desta. A profa. Maria Angélica agradeceu a presença de todos e passou para discussão da Pauta única: **Análise e deliberação acerca da decisão ad referendum relativa à solicitação de trancamento apresentada por Victória Gomes, vinculada ao Programa de Residência em Medicina Veterinária, área de concentração em Clínica Cirúrgica de Animais de Companhia** (Processo SEI nº 23117.011362/2025-81). A Profa. Maria Angélica apresentou, por meio de datashow, o documento de solicitação de trancamento de matrícula da residente, devidamente assinado pelas partes - residente e Coordenação do Programa. Em seguida, procedeu com a leitura da solicitação redigida pela residente, cujo conteúdo é o seguinte: *"Venho, por meio do presente, solicitar o trancamento da matrícula na referida Área de Concentração, no período de 24 de junho de 2025 a 01 de janeiro de 2026, devido à deterioração da minha saúde mental, que se estende também à minha saúde física. Tenho apresentado um transtorno misto de ansiedade e depressão que, atualmente, me impossibilita de exercer minhas atividades, sendo necessário o afastamento para os devidos tratamentos. Apresento atestado médico válido para 20 dias de afastamento de minhas atividades, enquanto aguardo os trâmites necessários deste processo, pois me encontro impossibilitada de exercer atividades durante esse período. Solicito, portanto, o afastamento por 6 (seis) meses (é permitido o máximo de 1 ano), abrangendo todas as atividades práticas, teóricas e teórico-práticas."* A Profa. Maria Angélica informou que o afastamento da residente, com base em atestado médico, teve início em 24/06/2025, sendo o dia 18/06/2025 o último dia de atividades efetivamente desempenhadas pela residente. Explicou, ainda, que, em virtude da proximidade do término do período de afastamento médico e considerando que o pedido da residente previa a prorrogação desse afastamento, agora por solicitação própria, por quase seis meses adicionais, fez-se necessário deliberar previamente sobre a questão. Destacou também que, diante da suspensão da reunião ordinária entre a COREMU e os Coordenadores dos Programas, a decisão foi emitida *ad referendum*, a fim de garantir a continuidade do processo e a segurança jurídica da residente. Acrescentou que, no momento da solicitação de trancamento e imediatamente após seu recebimento, foi solicitada a suspensão do pagamento da

bolsa da residente, medida vigente até que haja a homologação, ou não, do trancamento por parte da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS). Ressaltou, ainda, que a residente se encontra com o pagamento suspenso desde o último dia em que exerceu atividades, em 18/06/2025, o que é de responsabilidade da COREMU, tendo em vista que a residente formalizou o pedido de trancamento e se afastou integralmente das atividades. A Profa. Maria Angélica informou que, após a suspensão da referida reunião ordinária, a Profa. Aracelle, coordenadora da área à qual a residente Victória está vinculada, encaminhou à secretaria da COREMU um e-mail manifestando a posição contrária dos tutores da área em relação ao pedido de trancamento de matrícula da residente naquele momento. No mesmo e-mail, foi solicitada a realização de uma reunião extraordinária do Colegiado para discussão do caso. A Profa. Maria Angélica procedeu à leitura do referido documento, que foi projetado em tela, e em seguida abriu espaço para discussão e esclarecimentos por parte dos membros do Colegiado. A Profa. Aracelle relatou ter ficado surpresa com a solicitação de trancamento apresentada por Victória, destacando que os tutores do programa não haviam sido procurados previamente pela residente para discutir eventuais dificuldades ou situações adversas. Informou que, ao receber o pedido formal, entrou em contato com a residente a fim de compreender melhor os motivos da solicitação. A Profa. Aracelle esclareceu que, segundo avaliação dos tutores, o atestado médico apresentado, que recomendava afastamento por 20 dias, não seria suficiente para justificar um trancamento por período mais longo. Acrescentou que realizou consulta a regimentos de outros programas, COREMUs e cursos de graduação e pós-graduação da UFU, mas não encontrou critérios específicos para a concessão de trancamento. Em sua avaliação, a Profa. Aracelle entende que a residente poderia ter solicitado inicialmente um afastamento temporário, e considera inadequado conceder o trancamento com base em um único atestado médico, emitido após apenas uma consulta, para um período prolongado. Na sequência, a Profa. Eliane questionou se a residente apresentava histórico de dificuldades de relacionamento ou falta de compromisso nas atividades da residência. A Profa. Aracelle respondeu negativamente, afirmando que não houve registros de reclamações a respeito da residente. Mencionou apenas um episódio ocorrido no domingo anterior ao pedido de trancamento, quando a residente informou que não compareceria às atividades naquele dia, sem apresentar atestado que justificasse formalmente a ausência. No entanto, na segunda-feira seguinte, a residente compareceu a uma consulta médica e apresentou atestado de afastamento. Profa. Aracelle reforçou que o pedido formal de trancamento foi apresentado na terça-feira, logo após a entrega do atestado, o que causou surpresa aos tutores, dada a ausência de histórico de problemas anteriores. Destacou, ainda, que até então a residente sempre havia cumprido com suas responsabilidades. A Profa. Eliane ponderou que, diante da ausência de histórico negativo, talvez a residente pudesse ter optado, inicialmente, por um pedido de afastamento temporário, antes de formalizar o trancamento. O residente Lucas questionou se já houve casos em que o residente solicitou trancamento, afastou-se imediatamente das atividades antes da deliberação do Colegiado e teve o pedido aprovado. A Profa. Maria Angélica respondeu que sim. Explicou que, em geral, os pedidos ocorrem em contextos de adoecimento e muitos residentes acabam não retornando às atividades. Informou que a solicitação é inicialmente recebida pela secretaria da COREMU, que verifica se há ciência do coordenador de área - como consta no pedido da Victória - e orienta o residente a permanecer em atividade até decisão do Colegiado. Contudo, ao constatar que o residente já se afastou, a COREMU solicita a suspensão da bolsa e encaminha o caso para análise do Colegiado. Se o pedido for deferido, a decisão é enviada à CNRMS, responsável pela homologação. Enquanto isso, o residente permanece afastado e com a bolsa suspensa. A Profa. Maria

Angélica afirmou que, durante sua gestão, não se recorda de indeferimentos em pedidos de trancamento, exceto nos casos em que o afastamento estava relacionado ao exercício de outra atividade profissional. Ressaltou que, embora o regimento interno da COREMU e o despacho da CNRMS orientem que o residente permaneça em atividade até a deliberação do Colegiado, na prática, quando o motivo é adoecimento, o afastamento imediato é comum. A Profa. Sofia lembrou que o último trancamento deferido, referente à residente Raphaela, foi fundamentado em documentação consistente, incluindo laudo psiquiátrico e parecer terapêutico recomendando o afastamento. Destacou que, no caso atual, não há documentos que comprovem o estado de saúde da residente Victória, nem evidências de acompanhamento profissional. Esclareceu que não questiona o direito ao trancamento, mas defende a necessidade de uma normativa específica para subsidiar a análise desses casos. Sugeriu a elaboração de uma resolução, prevendo, por exemplo, a exigência de laudo médico em afastamentos mais longos, como os de seis meses. Manifestou ainda preocupação com o impacto institucional de múltiplos trancamentos em um programa com 44 bolsas, especialmente em avaliações do MEC, e ressaltou a importância de um melhor embasamento, inclusive para garantir que a residente possa retornar e concluir o programa. A residente Laura expressou sua percepção positiva em relação à residente Victória, afirmando considerá-la uma excelente profissional. Relatou que a solicitação de trancamento não foi uma decisão repentina, e que a residente demonstrava abalo emocional desde o episódio de assalto ocorrido no Hospital Veterinário, do qual foi vítima direta, estando presente na ocasião. Informou que, ao buscar orientação junto aos preceptores, Victória foi apenas instruída a “pegar um atestado”, o que, segundo Laura, a fez sentir-se pouco acolhida. Laura reconheceu a importância da criação de normativas, mas também defendeu a análise atenta das motivações que levam os residentes a solicitar o trancamento. Lembrou que no ano anterior houve uma desistência e dois desligamentos no programa, restando apenas dois residentes ativos, o que aponta para uma situação de sobrecarga preocupante. Ressaltou que a residente Victória cogitou desistir do programa antes mesmo de formalizar o pedido de trancamento. Acha importante avaliar como os programas são vistos pelo MEC, mas igualmente importante avaliar qual será o impacto caso ocorram várias desistências. A Profa. Maria Angélica reforçou que o adoecimento emocional tem sido um desafio recorrente nos programas de residência, e que o acolhimento adequado aos residentes é necessário. A residente Júlia manifestou através do chat sua opinião: *“Como representante dos residentes aqui do HV, houve sim conversas frequentes sobre a sobrecarga que os residentes enfrentam na rotina, desde o ano de 2024 isso vem sendo uma discussão constante entre nós residentes pra achar alternativas para a sobrecarga de trabalho, psicológica e emocional. Em relação ao caso da Victoria, ela teve mais reclamações relacionadas à saúde mental após o assalto aqui no HV, quando questionamos sobre segurança e suporte psicológico para os residentes em relação a casos desse tipo foi expressamente dito à Victoria que pegasse atestado. Entendo que foi algo repentino, mas acredito que assim como a profa. Eliane disse, pode ter sido algo mais agudo considerando diversas circunstâncias recentes. O trancamento foi a alternativa que ela encontrou, se é algo que prejudica o programa então deve ser reformulado no regimento como a profa. Maria Angélica disse; mas enquanto ela tem esse meio acredito que é importante sim validar o atestado médico dela e, mais importante, criar a reflexão de quais os motivos estão levando os residentes (do HV e do HC) a pegarem tantos atestados psiquiátricos e sentirem que o trabalho é um agravante de suas condições de saúde física e psicológica. Ela estava realizando um ótimo trabalho, mas ela estava sofrendo diversos desgastes até mesmo para reivindicar suas questões pessoais. O trancamento foi a alternativa que ela encontrou.”* A Profa. Marisa questionou se o residente pode solicitar trancamento sem justificativa formal e

quais seriam os motivos plausíveis aceitos para tal. Sugeriu que, existindo esses critérios, constem em normativa específica. Concordou com a residente Laura quanto aos impactos do excesso de demandas sobre todos os envolvidos, sendo necessário cuidado para não fazer isso com o outro indivíduo a nossa volta, reforçando a importância do cuidado coletivo. A profa. Eliane sugeriu realização de oficinas com os residentes com objetivo de acolhê-los. A profa. Sofia mencionou que já fizeram várias oficinas em parceria com a Pró-Reitoria de assistência Estudantil (PROAE/UFU) para os residentes dos Programas em Medicina Veterinária. A Profa. Eliane também manifestou que, neste momento, o afastamento pode ser benéfico para a saúde da residente, permitindo seu retorno em melhores condições. A Profa. Aracelle esclareceu que não se questiona o direito ao trancamento nem a condição da residente. Ressaltou que o programa conta com a disciplina “Seminários de Acompanhamento e Avaliação”, realizada mensalmente com a participação de vários docentes, além da presença diária dos tutores na rotina dos residentes. Destacou que a surpresa se deu pelo fato de a situação da residente não ter sido comunicada previamente aos tutores. Defendeu que o trancamento seja concedido com base em um fluxo bem definido, que inclua comprovação de acompanhamento profissional. Concordou com a proposta da Profa. Sofia quanto à elaboração de uma resolução normativa, a fim de evitar que o trancamento se torne um recurso frequente e sem critérios claros. Por fim, considerou insuficiente o atestado médico de 20 dias para justificar um trancamento de seis meses. A residente Júlia relatou que a situação do assalto no HVET foi discutida em reunião da disciplina de Seminários, a pedido da residente Victória e outros colegas, mas que os residentes não se sentiram acolhidos ou ouvidos. Explicou que, após o episódio, Victória tentou se afastar das atividades na segunda-feira seguinte, sendo orientada a apresentar atestado. Júlia afirmou que muitos residentes se sentem sobrecarregados e que, ao manifestarem suas dificuldades, recebem como resposta que essa é a rotina da residência. Ressaltou que a preocupação não deve ser apenas com a abertura de precedentes, mas com a recorrência dos afastamentos e os fatores que agravam essas situações. A profa. Sofia explicou que os tutores apresentaram as respostas aos questionamentos na reunião referenciada pela residente Júlia e acredita que o motivo da queixa de falta de acolhimento foi porque não houve nenhuma notícia do assalto por parte do Hospital Veterinário vinculada nas redes da UFU, mas esclareceu que isso foi um impedimento vindo direto da reitoria e orientação direta para a direção do Hospital Veterinário. Informou que o diretor do Hospital, professor Leandro, esteve presente no local no momento em que soube do ocorrido e já no dia seguinte iniciou medidas de segurança. Ressaltou que a segurança se trata de um problema institucional, mas que os residentes têm espaço de escuta e acolhimento no programa. Sobre a necessidade de apresentação de atestado, explicou que é uma burocracia exigida pelo programa para justificar as faltas e isso serve para resguardar os próprios residentes. A Profa. Maria Angélica esclareceu que há regulamentações vigentes sobre licenças, trancamentos de vagas e demais formas de afastamento nos programas de residência multiprofissional e uniprofissional, estabelecidas tanto pela CNRMS quanto pela COREMU/UFU, conforme documentos disponíveis na página oficial da COREMU/UFU. Reconheceu a possível necessidade de revisão da regulamentação interna, mas discordou das manifestações que apontam a inexistência de normativas locais. Não havendo mais discussões, a Profa. Maria Angélica submeteu à votação da decisão *ad referendum* que aprova a solicitação de trancamento da residente Victória Gomes, no período de 18/06/2025 a 01/01/2026. O resultado foi: 17 votos favoráveis, 6 contrários e nenhuma abstenção, sendo o trancamento aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos(as) e declarou encerrada a reunião às 15h32min. Para constar, eu, Theyse Gabriela Pires de Sousa Chaves, Assistente em Administração da COREMU/FAMED/UFU, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada,

será assinada eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Participantes habilitados para votação:

Maria Angélica Melo e Oliveira – Presidente

Aracelle Alves de Avila Fagundes - Coordenadora da Área de Concentração Clínica cirúrgica em animais de companhia;

Diego José Zanzarini Delfiol - Representante do Hospital Veterinário/UFU

Eliane Maria de Carvalho - Coordenadora da Área de Atenção ao Paciente em Estado Crítico;

Geison Morel Nogueira - Coordenador da Área de Concentração Clínica médica e cirúrgica de grandes animais;

Graziella Paula de Oliveira Neri – Representante do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia;

Isadora Carvalho Leite – Residente - Área de concentração: Medicina Veterinária: Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais;

Ismara Lourdes Silva Januário Chadu - Coordenadora da Área de Nutrição Clínica;

Joel Lima Silva - Residente - Área de Concentração Medicina Veterinária: Medicina Veterinária Preventiva;

Júlia Isnard Moulin Gomes - Residente - Área de Concentração Medicina Veterinária: Patologia Clínica Veterinária;

Larissa Fernanda do Nascimento Celeste - Coordenadora da Área de Atenção em Oncologia;

Laura Bruna Aparecida Silva - Residente - Área de Concentração Medicina Veterinária: Clínica Cirúrgica em Animais de Companhia;

Lilian Rodrigues de Abreu Macedo - Fisioterapia, Representante dos Preceptores/Tutores da Área de Atenção ao Paciente em Estado Crítico;

Lorena Ferreira Pilicie - Coordenadora da Área de Atenção Integral ao Paciente com Necessidades Especiais;

Luana Araújo Macedo Scalia - Coordenadora da Área de Enfermagem Obstétrica;

Lucas Pereira Rodrigues - Residente - Área de concentração: Atenção ao Paciente em Estado Crítico;

Lucas Silva Romano - Residente - Área de concentração Atenção: Atenção em Oncologia;

Maria Prates Soares Mourão - Residente - Área de Concentração Medicina Veterinária: Diagnóstico por Imagem;

Marisa Aparecida Elias - Coordenadora da Área de Atenção em Saúde Coletiva;

Mônica Horr - Coordenador da Área de Concentração Anestesiologia Veterinária;

Nubia Kekerê Fortunato Pio de Souza - Residente - Área de Concentração Medicina Veterinária: Anestesiologia Veterinária;

Roberta Torres de Melo - Coordenadora da Área de concentração Vigilância em Saúde;

Sebastião Marcos Tafuri - Representante dos Preceptores/Tutores da Área de Nutrição Clínica;

Sofia Borin Crivellenti - Coordenador da Área de Concentração Clínica Médica em Animais de Companhia;

Tatiane Furtado de Carvalho - Coordenador da Área de Concentração Patologia animal;

Thais Jansen Martins - Residente - Área de Concentração Medicina Veterinária: Vigilância em Saúde;

Participante Suplente:

Fabiana Sodré de Oliveira - Coordenadora substituta da Área de Atenção Integral ao Paciente com Necessidades Especiais;



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angélica Melo e Oliveira, Coordenador(a)**, em 23/07/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Theyse Gabriela Pires de Sousa Chaves, Assistente em Administração**, em 23/07/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego José Zanzarini Delfiol, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/07/2025, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Aparecida Elias, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 24/07/2025, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Sodre de Oliveira, Membro de Comissão**, em 24/07/2025, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sofia Borin Crivellenti, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/07/2025, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Torres de Melo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/07/2025, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Furtado de Carvalho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/07/2025, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Fernanda do Nascimento Celeste, Usuário Externo**, em 25/07/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Newton Ferreira de Paula Júnior, Enfermeiro(a)**, em 15/08/2025, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6528631** e o código CRC **3878DF47**.

Referência: Processo nº 23117.047884/2025-11

SEI nº 6528631